



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Segurança Pública

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Natureza criminal de BOs. Indicação do caminho para a obtenção dos dados. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 190/2018**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, número SIC em epígrafe, para acesso à natureza criminal de boletins de ocorrência que terminaram com policiais civis, militares ou técnico-científicos mortos em serviço ou folga, nos anos de 2014 a 2018.
2. Em resposta, o ente informou que deveriam ser realizados novos pedidos SIC para cada um dos órgãos. O silêncio em esfera recursal ensejou o presente apelo, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta esclareceu que a CAP não possui as informações, reiterando que o solicitante pode consultar os SICs da Polícia Civil e Militar, que possuem corregedorias próprias para obter as respostas.
4. A análise do pedido formulado e da resposta ofertada permite concluir que a demanda original foi adequadamente atendida, pois prestadas as informações acerca do modo pelo qual o solicitante pode obter os dados almejados, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, e §1º, inciso III, e §3º da Lei nº 12.527/2011.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da

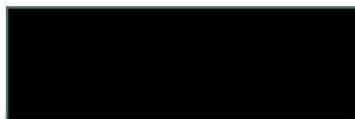


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.”  
(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Diante do exposto, considerando que o órgão indicou os canais em que as informações podem ser obtidas, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso III da Lei de Acesso à Informação, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de junho de 2018.



**MANUELLA RAMALHO**

RESPONDENDO PELA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL